

ENTREGUE
NO CRSS DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE
CONTAS DAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES
DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE 2016

DENOMINAÇÃO: HUMANITAS Federação Port.. Def. Mental

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPPS

Cod.

MORADA : Praça de Londres

Nº 9 ANDAR 4º Esq. LOCALIDADE : Lisboa

FREGUESIA : São João de Deus

CONCELHO : Lisboa

COD. POSTAL 1000-192

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER:

EM ___/___/___

DESPACHO:

EM ___/___/___

187273359

30027

A DIRECÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

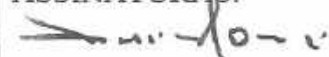
LOCAL: _____

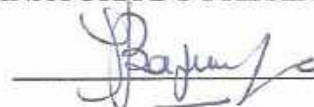
DATA: _____, ___/___/___

Fátima, 25/03/2017

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE





Rosa Regi e Remo do Bzeira
Praça de Londres Cónia Fernandes

(a) HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

Exmo. Senhor

(b) Presidente do Conselho Diretivo do C.R.S.S de Lisboa.

Tenho a honra de junto enviar a Vexa. O processo de APRESENTAÇÃO DE CONTAS deste Organismo respeitante ao ANO 2016 do qual fazem parte os documentos seguidamente relacionados:

- Capa
- Balanço do exercício
- Demonstração dos resultados líquidos do exercício
- Anexo ao balanço e á demonstração de resultados
- Demonstração Fluxos de caixa
 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado (ativo bruto)
 - Movimentos ocorridos nas amortizações e provisões das rubricas do ativo imobilizado
 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e seus movimentos
 - Demonstração dos resultados extraordinários
 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
 - Demonstração da variação de produção
 - Trabalho voluntário prestado no exercício
 - Número médio de utentes e de pessoas ao serviço da Instituição repartido por valências
- Resultados por valências
- Resultado de outras atividades
- Demonstração das variações dos fundos circulantes e origem e aplicação de fundos

Rosalinda Mendes Pereira
Valência C. Fernandes

J. B. F.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(montantes expressos em euros)

HUMANITAS - Federação Portuguesa para a deficiência Mental

505572869

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2016	31.12.2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	0,00	0,00
		0,00	0,00
Ativo corrente			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	6	45.002,74	34.667,74
Outros ativos correntes	7	16.872,47	16.872,47
Caixa e depósitos bancários	8	21.041,51	31.230,65
		82.916,72	82.770,86
TOTAL DO ATIVO		82.916,72	82.770,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	15	47.139,61	47.139,61
Resultados transitados		34.919,76	8.750,51
		82.059,37	55.890,12
Resultado líquido do período		151,54	26.169,25
		82.210,91	82.059,37
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		82.210,91	82.059,37
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	5	705,81	711,49
		705,81	711,49
TOTAL DO PASSIVO		705,81	711,49
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E DO PASSIVO		82.916,72	82.770,86

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado



A Direção



Rosa Maria Mendes Moreira
Maria Luísa Correia Fernandes

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(montantes expressos em euros)

HUMANITAS - Federação Portuguesa para a deficiência Mental

505572869

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.12.2016	31.12.2015
Vendas e serviços prestados	9	41.730,00	38.880,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	56.501,40	47.694,26
Fornecimentos e serviços externos	11	-62.081,98	-34.510,67
Gastos com o pessoal	12	-25.510,24	-25.183,20
Outros gastos	13	-10.416,02	-680,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		223,16	26.200,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		223,16	26.200,39
Juros e gastos similares suportados	14	-71,62	-31,14
Resultado antes de impostos		151,54	26.169,25
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		151,54	26.169,25

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Direção

Rosália Antunes Pereira
Márcia Luísa C. Fernandes

HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

NIPC 505 572 869

	NOTAS	PERÍODO	
		31,12,2016	31,12,2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		30.160,00	40.320,00
Pagamentos a fornecedores		-60.322,39	-34.477,15
Pagamentos ao pessoal		-26.220,50	-24.832,87
Caixa geradora pelas operações		-56.382,89	-18.990,02
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		247,35	1.240,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-56.135,54	-17.750,02
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Juros e rendimentos similares			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos		48.446,40	26.321,79
Doações			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		-2.500,00	-2.320,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		45.946,40	24.001,79
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-10.189,14	6.251,77
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)		31.230,65	24.978,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	8	21.041,51	31.230,65

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Contabilista Certificado

A Direção

Rosa Teófilo Mendonça
Maria Luísa C. Fernandes

ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS

Exercício de 2016

HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

NIPC 505 572 869

ORIGENS DE FUNDOS	APLICAÇÕES DE FUNDOS
Internas: Resultados Líquidos do Exercício (Positivos) Amortizações	
	151,54
Externas: Aumento dos Capitais Próprios: Aumento de Reservas	151,54
Movimentos Financeiros a Médio e Longo Prazo: Diminuições das Dívidas de Terceiros a Médio e Longo Prazo	
Diminuições de Imobilizações: Reg de Imobilizações:	
Diminuição dos Fundos Circulantes	
	151,54
	151,54

O Contabilista Certificado

A Direção

Prosa Negreiros e Sousa
Fátima Lúndes C. Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES

Exercício de 2016

HUMANITAS - Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

NIPC 505 572 869

1. Aumentos das Existências				
2. Aumentos das dívidas de Terceiros a Curto Prazo Sector público administrativo Adiantamentos a fornecedores de imobilizado Outros devedores Diferimento de custos	10.335,00	10.335,00		
3. Diminuições das dívidas a Terceiros a Curto Prazo Dívidas a instituições de crédito Fornecedores Fornecedores de imobilizado Sector público administrativo Outros Credores Diferimento de despesas	5,68	5,68		
4. Aumentos das Disponibilidades Depósitos Bancários Caixa			10.189,14	10.189,14
5. Diminuição dos Fundos Circulantes				151,54
6. Aumento das imobilizações				
				10.340,68

O Contabilista Certificado

A Direção

Rosa Maria Huidobro
Maria Luísa C. Fernandes

Mapa de Amortizações do Imobilizado Corpóreo

HUMANITAS
Exercício de 2016

Fl. 1 / 1

Bens	Contas	Ano Aquisição	31.12.2016 Valor Aquisição	31.12.2015 Reintegrações Acumuladas	2016 Amortização do Exercício	31.12.2016 Reintegrações Acumuladas	31.12.2016 Valor Residual
Edificações Leveiras	4332	1999	13.188,91 19.410,65	13.188,91 19.410,65		13.188,91 19.410,65	
TOTAL	4322		32.599,56	32.599,56		32.599,56	
Equipamento Básico	4333	2000	19.081,38 5.249,42	19.081,38 5.249,42		19.081,38 5.249,42	
Idem		2000	693,80	693,80		693,80	
TOTAL	4333		25.024,60	25.024,60		25.024,60	
Ferramentas e Utensílios	43371	1999	512,27	512,27		512,27	
TOTAL	43371		512,27	512,27		512,27	
Artigos de Conforto e Decoração	4335	2000	619,75	619,75		619,75	
Mobiliário			3.247,89	3.247,89		3.247,89	
Idem		1999	7.732,19	7.732,19		7.732,19	
Idem		2000	1.245,97	1.245,97		1.245,97	
Equipamento Informático			12.353,76	12.353,76		12.353,76	
Idem		1999	4.866,86	4.866,86		4.866,86	
Idem		2000	368,88	368,88		368,88	
Idem		2001	2.015,15	2.015,15		2.015,15	
Idem		2001	563,60	563,60		563,60	
Idem		2002	1.313,08	1.313,08		1.313,08	
Idem		2003	1.890,43	1.890,43	20,00	1.890,43	
Idem		2010	1.336,26	1.336,26	20,00	1.336,26	
Idem- Imob. red. valor		2014	279,00	279,00		279,00	
Programas de Computador		1998	1.109,32	1.109,32		1.109,32	
Idem		2000	1.021,29	1.021,29		1.021,29	
Idem		2004	206,99	206,99		206,99	
Máquinas Eléctricas e Electrónicas		2003	2.121,40	2.121,40	20,00	2.121,40	
Idem		2004	190,00	190,00	20,00	190,00	
Idem (reduzido valor)		2011	179,00	179,00	20,00	179,00	
Telefónica		2004	289,90	289,90	20,00	289,90	
TOTAL	4335		42.934,55	42.934,55		42.934,55	
Outras Imobilizações Corpóreas	433782		840,47	840,47		840,47	
TOTAL	433782		840,47	840,47		840,47	
TOTALS			101.911,45	101.911,45		101.911,45	

Rosário Pereira

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(montantes expressos em euros)

1- IDENTIFICAÇÃO DA IDENTIDADE

HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental com sede na Praça de Londres, 9 – 4º Esq. 1000-192 LISBOA, com Fundo Social realizado no montante de 47.139,61 euros.

A Humanitas é uma pessoa coletiva de direito privado que assume a natureza de Instituição Particular de Solidariedade Social. É, nos termos do art.2º, nº2, alínea b) e 92º do Estatuto das IPSS, a organização federada das Instituições Particulares de Solidariedade Social, doravante designadas por "Instituições", que desenvolvam a sua ação no âmbito da habilitação e integração da Pessoa com Deficiência Mental. A Humanitas tem âmbito nacional, prossegue fins não lucrativos e dura por tempo indeterminado.

A Federação foi constituída em 03.09.2001, tendo por finalidade contribuir para a criação, defesa e efetividade dos interesses e direitos do Cidadão com Deficiência Mental e de suas famílias, de forma a garantir a sua plena participação social, a respetiva valorização e realização pessoal e profissional, bem como a eliminação de todas as formas de discriminação, com vista a promover a efetiva igualdade de tratamento entre as pessoas com deficiência mental e os demais cidadãos. A Humanitas tem também por finalidade promover e defender os interesses das suas associadas. No desenvolvimento das finalidades assinaladas anteriormente a Humanitas orienta a sua ação com vista a, designadamente:

- a) Promover e defender a necessária adequação da legislação portuguesa e comunitária, no sentido do reconhecimento e respeito dos direitos e deveres do Cidadão com Deficiência Mental, perspetivando-se a sua integração na sociedade em igualdade de oportunidades e com respeito pelos princípios da normalização, personalização, individualização e bem-estar;
- b) Sensibilizar e corresponsabilizar a Sociedade e o Estado, nas suas várias formas, no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do Cidadão com Deficiência Mental;
- c) Promover e defender os interesses e a satisfação de necessidades do Cidadão com Deficiência Mental nas Instituições, no trabalho, no lar e na Sociedade.

2-REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Em 2016 as demonstrações financeiras da HUMANITAS- Federação Portuguesa para a Deficiência Mental foram preparadas de acordo com o novo normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, Decreto-Lei nº98/2015 de 2 junho. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

 Rosalinda
RosatBreia



HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

NIPC: 504205978 ; NISS: 20006376441

Praça de Londres, 9 – 4º Esq.

1000-192 LISBOA

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 - Regime do acréscimo

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

2.4 - Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 - Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 - Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 – Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL

Rosário
10-1

3 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição.

3.2- Rêdito

O rêdito é proveniente das prestações de serviços, constituído por participações das suas associadas sob a forma de quotas. Os valores de participação das mesmas são elaborados com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

3.3- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	5-20
Equipamento Básico	4-6
Equipamento Administrativo	3-10



Rosalinda



HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental
NIPC: 504205978 ; NISS: 20006376441
Praça de Londres, 9 – 4º Esq.
1000-192 LISBOA

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.4 – Contas a receber – Associados

No final de cada período de relato são analisadas as contas dos associados de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.5 – Outras contas a receber

As outras contas a receber são reconhecidas, pelo seu valor nominal, se existir evidência objetiva de que não são recuperáveis, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

3.6 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.7 – Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Rosário

3.8 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercicios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os ativos depreciáveis, são reconhecidos como gastos à medida que ocorrem as suas amortizações.

A comparticipação do INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, corresponde aos valores inscritos numa candidatura enviada anualmente ao INR. Os valores inscritos na candidatura são calculados com base nos valores recebidos nos últimos 5 anos até Novembro do ano N-1. O Valor aprovado e recebido é imputado numa base de percentagem por centros de custos pré-definidos pelo próprio instituto.

3.9 - Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões) ", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) ", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

3.10 – Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Rosália Pereira

J. Paiva

HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

NIPC: 504205978 ; NISS: 20006376441

Praça de Londres, 9 – 4º Esq.

1000-192 LISBOA

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial 01.01.2016	32.599,56	25.024,60	42.934,55	1.352,74	101.911,25
Aquisições					
Alienações/Doações					
Saldo Final 31.12.2016	32.599,56	25.024,60	42.934,55	1.352,74	101.911,25
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial 01.01.2016	-32.599,56	-25.024,60	-42.934,55	-1.352,74	-101.911,25
Depreciações					
Alienações					
Saldo Final 31.12.2016	-32.599,56	-25.024,60	-42.934,55	-1.352,74	-101.911,25
Ativos líquidos	0,00	0,00	-0,00	0,00	0,00

5 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015 o saldo da rubrica "Estado e outros entes públicos" é conforme segue:

	31.12.2016		31.12.2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Imposto s/ rendimento pessoas singulares		-247,00		-255,00
Imposto sobre o valor acrescentado				
Contribuições para a Segurança Social		-458,81		-456,50
Outros impostos				
Total		-705,81		-711,50

6- ASSOCIADOS:

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015, a rubrica "Associados" apresenta o seguinte saldo:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida
Ativos correntes						
Quotas a receber	45.002,74		45.002,74	34.667,74		34.667,74
Total	45.002,74		45.002,74	34.667,74		34.667,74

7- OUTROS ATIVOS CORRENTES:

Em 31.12.2016 e em 31.12.2015 as rubricas do ativo corrente "Outras contas a receber" apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Outros ativos		
Outros ativos correntes	16.872,47	16.872,47

8 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2, utilizando o método direto.

Em 31.12.2016 e 31.12.2015 o saldo de caixa e seus equivalentes detalha-se como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	375,80	149,35
Depósitos bancários	20.665,71	31.081,30
Total	21.041,51	31.230,65

9 – RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme segue:

Prestações de serviços	31.12.2016	31.12.2015
Quotas dos utilizadores	41.730,00	38.880,00
Total	41.730,00	38.880,00

10- SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO:

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Instituição apresentava nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do estado e outras entidades públicas:

Ano 2016

Subsídio	Natureza	Montante total	Montante recebido	Rédito do período
INR (Inst.Nac.Reabil.)	Apoio ao funcionamento	28.971,00	28.971,00	28.971,00
INR (Inst.Nac.Reabil.)	Projetos	24.780,40	24.780,40	24.780,40
Outros	CNIS	2.750,00	2.750,00	2.750,00
Total		56.501,40	56.501,40	56.501,40

Montante do Apoio	56.501,40
Montante das despesas	56.501,40
Saldo do	0,00

Ano 2015

Don
Rosa Teixeira

JP

HUMANITAS – Federação Portuguesa para a Deficiência Mental

NIPC: 504205978 ; NISS: 20006376441

Praça de Londres, 9 – 4º Esq.

1000-192 LISBOA

Subsídio	Natureza	Montante total	Montante recebido	Rébito do período
INR (Inst.Nac.Reabil.)	Apoio ao funcionamento	18.271,00	18.271,00	18271,00
INR (Inst.Nac.Reabil.)	Ações temáticas	23.423,26	23.423,26	23.423,26
Outros		6000,00	6000,00	6000,00
Total		47.694,26	47.694,26	47.694,26

Montante do Apoio	47.694,26
Montante das despesas	47.694,26
Saldo do subsídio	0,00

Nota: As condições para a manutenção dos apoios e subsídios do governo com a Instituição têm sido cumpridas entre as quais, a não existência de dívidas ao estado, e à segurança social.

11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015 é detalhada conforme segue:

	<u>Rubrica</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
622	Serviços especializados		
	Trabalhos especializados	10.688,74	5.579,13
	Publicidade e Propaganda	6.091,58	6.091,58
	Honorários	4.400,00	3.210,30
	Conservação e Reparação	253,52	
623	Materiais		
	Livros e doc. Técnica		
	Material de escritório	3.876,76	418,43
624	Energia e fluidos		
	Eletricidade	499,46	565,01
	Combustíveis	140,70	69,88
	Água	568,50	264,48
625	Deslocações, estadas e transportes		
	Deslocações e estadas	16.284,82	7.065,10
	Transportes de Pessoal	2.161,10	2097,75
626	Serviços diversos		
	Rendas e alugueres	11.241,12	10.583,53
	Comunicação	4.331,28	2.823,54
	Seguros	63,10	63,10
	Despesas de representação	1.026,08	633,84
	Outros serviços	455,22	936,58
	Total	62.081,98	34.510,67

[Handwritten signatures and initials]
 Rosa Almeida

12- GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015 é detalhada conforme segue:

Rubrica	31.12.2016	31.12.2015
Remunerações dos órgãos sociais		
Remunerações do pessoal	20.472,01	20.204,96
Encargos sobre as remunerações	4.319,89	4.279,90
Seguro Acidentes trabalho	186,79	186,79
Outros custos com o pessoal	531,55	511,55
TOTAL	25.510,24	25.183,20

O pessoal afeto à Instituição nos exercícios findos em 31.12.2016 e 31.12.2015 é detalhada conforme segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Trabalhadores	1	1

13- OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015 é detalhada conforme segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Correções relativas exercicios anteriores	10.416,02	
Multas fiscais e não fiscais		
Quotizações (CNIS)		680,00
Total	10.416,02	680,00

14 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados, nos exercícios findos em 31.12.2016 e em 31.12.2015 tinham a seguinte decomposição:

	31.12.2016	31.12.2015
Serviços Bancários		
Outros gastos e perdas	71,62	31,14



15- FUNDOS PATRIMONIAIS

O Fundo patrimonial da Instituição é decomposto da seguinte forma:

Fundos	Valor	%
Fundo Social	47.139,61	100%

O Fundo Social integra o valor do património líquido existente no início do 1º ano de aplicação do Plano de contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social Aprovado pelo Decreto de Lei nº 78/88.

16 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que careçam de ser ajustados ou revelados nas demonstrações financeiras. Informa-se que a Instituição à data de encerramento das contas do período de 2016 tem a sua situação "regularizada" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

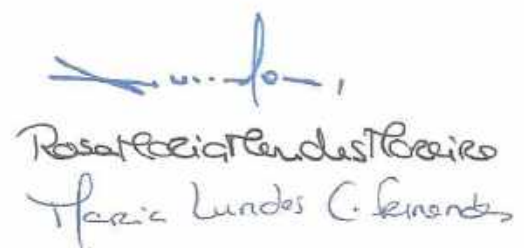
17 - DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 23 de Fevereiro de 2017.

O Contabilista Certificado



A Direção



Rosário Mendes Pereira
Teresa Luísa C. Mendes